

MAURÍCIO WALDMAN

**DIVISÃO INTERNACIONAL
DOS RISCOS TÉCNICOS E AMBIENTAIS**



**EDITORA KOTEV
SÉRIE MEIO AMBIENTE 22**

DIVISÃO INTERNACIONAL DOS RISCOS TÉCNICOS E AMBIENTAIS ¹

MAURÍCIO WALDMAN ²

Para o entendimento mais global e atualizado da relação homem/natureza necessita-se ampliar a análise e examinar as variáveis do tempo, do espaço e da energia. O sistema capitalista, com sua economia de mercado de caráter planetário, trata a natureza como mercadoria e está produzindo uma crise ambiental com a marca da artificialidade. O autor analisa com profundidade os riscos que o atual quadro apresenta e a perversidade de como esses riscos são divididos.

Entender a relação homem/natureza pressupõe pautar complexas interconexões, onde se mesclam estruturas sociais, políticas, culturais, econômicas e ideológicas. Sobretudo, pressupõe a compreensão de que as sociedades estabelecem interações com o que histórica e culturalmente, é entendido como meio ambiente.

Essas relações estão retratadas na espacialidade de cada formação social, pois cada modo de produção, ao intermediar ciclos de matéria e energia e inserir-se nos circuitos geofísicos e biológicos dos ecossistemas, expressa, nas paisagens criadas, diferentes “metabolismos” com as energias da natureza, que nesta senda, tornam-se sociais.

Desta forma, fenômenos como a fome (ou a abundância), epidemias (ou o vigor dos componentes de uma sociedade) e a derrocada das civilizações (ou sua perdurabilidade) constituem manifestações do que está em seu cerne: as conexões articuladas entre o homem e o meio ambiente.

Neste senso, espaço, tempo e energia constituem nexos permanentes (e fundamentais) em qualquer relação mantida com a natureza. Para cada sociedade, uma determinada organização do espaço geográfico e dos elementos naturais nele dispersos (ou seja, um *arranjo espacial*), determinada regulação social do tempo (isto é, um *tempo social*) e correlatamente, requisições energéticas singulares. Com base nestas variáveis - tempo,

espaço e energia -, engastam-se contradições, cuja maximização pode determinar o fim de uma formação social.

O modo de produção capitalista possui uma inserção própria no quadro natural. A partir dele é que passa a ser compreensível não apenas *seu retrato ecológico*, como também as características deste retrato, no qual, como já anuncia o título deste texto, incorpora-se uma divisão internacional do trabalho e, arriscando um trocadilho, o *risco da divisão* e a *divisão do risco*.

UMA (DI)VISÃO DESIGUAL E COMBINADA

O cerne desta (di)visão é fácil de ser encontrado. Mais do que qualquer outro modo de produção, o capitalismo especializou ao máximo a articulação interna da produção.

Adam Smith, na sua obra clássica *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, já demonstrava que a divisão social do trabalho, intencionando maior produtividade e eficiência, auferia maior especialização. No mais, esta especialização reproduziu-se espacialmente, determinando uma divisão regional (em nível de um país) e internacional (em nível do planeta) do trabalho.

A partir de tais premissas, poderíamos elencar algumas características espaciais do capitalismo global, todas com interface ambiental:

1. O caráter universal do desenvolvimento das forças produtivas, pelo qual o tempo anulou o espaço (Cf. MARX, 1978 e 1975), expressa a especificidade de uma forma de apropriação da natureza que é privada e voltada para o benefício individual.

O metabolismo estabelecido pelo capital em sua relação com a natureza, pressupõe riscos ambientais crescentes, concernente a um sistema de produção econômica que necessita destruir a natureza para então transformá-la em mercadoria. A água, o solo, o “verde”, entre outros bens naturais, a partir do momento em que são contaminados, poluídos e depredados, justificam sua transformação em bens adquiridos em mercado.

Por isso, a reprodução deste sistema não sugere processos revitalizantes, posteriores ao esgotamento dos vitais ciclos biológicos dos ecossistemas. Se foi possível ao mundo mediterrâneo, a antiga *oikoumene*, recuperar-se da devastação promovida pela ação

imperialista romana, o mesmo não está colocado para nós, caso a moderna *oikoumene* da economia de mercado continue sua reprodução.

2. O caráter planetário da economia de mercado articulou, pela primeira vez na história, uma Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Os “compromissos ambientais” da DIT não podem ser entendidos separadamente das diretrizes gerais do sistema. Ou seja, *ela incorpora compromissos que são desiguais e combinados*.

As relações entre o Norte desenvolvido e o Sul subdesenvolvido, do ponto de vista ambiental, não escapam do processo caracterizado pelo deslocamento constante das bases técnicas da dependência e não pela sua ruptura (DOWBOR, 1981). Trata-se de um processo que sempre beneficiou o Norte em detrimento dos interesses do Sul.

3. Existe o predomínio do artificial sobre o natural, ou da natureza segunda sobre a primeira. O caráter histórico-social dos desequilíbrios, portanto, é muito mais evidente na atualidade do que no passado. *Estamos enfrentando uma crise ambiental que traz frequentemente a marca da artificialidade*.

É a poluição da atmosfera pelo material particulado, é a contaminação do solo e da água pelos resíduos tóxicos e pelos pesticidas. Assim, a artificialização do mundo se traduz pela artificialidade dos elementos que compõem a sua crise: *Deixamos de entrever a natureza amiga e criamos a natureza hostil* (SANTOS, 1988).

Neste sentido, o predomínio do privado sobre o coletivo, do artificial sobre o natural, do tempo sobre o espaço, do que é mundial sobre o que é local, induziram relocalizações e concentrações desigualmente integradas dos recursos, técnicas e diretrizes voltadas para a apropriação do espaço e do meio ambiente.

Estruturou-se uma conjugação perversa, com um espaço artificialmente dividido e subordinado a um tempo social uniformizante, com a circulação e absorção desiguais de energia. Temos diante de nós uma divisão internacional que não é apenas do trabalho, *mas também dos riscos técnicos e dos conteúdos energéticos* (SEVÁ, 1990).

A DIVISÃO DOS RISCOS

Os riscos das operações que intermedeiam a relação do capital com o meio ambiente são desigualmente distribuídos, em regra, locados junto aos segmentos subordinados e

periféricos do sistema. Não se trata de um processo circunscrito geograficamente ao Terceiro Mundo, pois Primeiro e Terceiro Mundo intercalam-se em todos os países. Temos um Primeiro Mundo do Terceiro (as elites abastadas) e um Terceiro Mundo do Primeiro (os trabalhadores imigrantes, por exemplo).

Recente estudo da *California Waste Management Board* (Conselho de Administração de Rejeitos da Califórnia) apontou as comunidades rurais distantes, pobres, politicamente conservadoras, abertas às promessas de presumidos benefícios econômicos e de baixa escolaridade, formadas, no geral, por campônios, mineiros e peões de estabelecimentos pecuários, como de menor oposição ao *locally undesirable land-use* (uso localmente indesejável do solo).

Em nível de planeta, essas características tornam chamativos os países do Sul. Sugerem também a transferência de núcleos industriais poluidores para regiões de mão de obra barata e com fartos provimentos de energia e de matéria-prima (CHIAVENATO, 1981).

A energia, que vai escasseando ou encarecendo nos países mais ricos, está incorporada na agenda a ser desempenhada pelos países periféricos, via transplante de processos eletrointensivos (consumidores de muita energia), caso do processamento do minério de bauxita para a produção de alumínio que, ademais, é extremamente poluente.

Esta divisão do trabalho incorpora ainda a instrumentalização dos desníveis regionais existentes no âmbito geoeconômico do próprio Sul, consubstanciados, por exemplo, no aproveitamento da mão de obra de trabalhadores imigrantes do Bangladesh, Paquistão e Filipinas, para os “trabalhos sujos” nos países do Golfo e em “sub-imperialismos”, como no caso da política de satelização do Paraguai, pelo regime militar brasileiro, via hidrelétrica de Itaipu (SCHILLING et CANESE, 1991).

Primeiro e Terceiro Mundos mostram cenários diferentes, mas complementares em sua desigualdade. Enquanto nos países centrais nota-se crescente avanço da agricultura orgânica, da reciclagem do lixo (acompanhada de legislação cada vez mais rigorosa), do questionamento da incineração como forma de tratamento final dos resíduos sólidos, da luta contra o lixo tóxico, contra as indústrias poluentes e/ou eletrointensivas, o contrário ocorre no Terceiro Mundo.

Os incineradores, construídos pelas mesmas empresas que antes exportavam usinas nucleares (como a Siemens e a KWU), agora são exportados para os países periféricos. Essas imensas usinas de incineração geram como subproduto a dioxina, considerada a

mais violenta substância criada pelo homem, com grau de periculosidade ultrapassando tanto o urânio quanto o plutônio. Amplamente repudiada nos países do Norte, seu custo é amortizado pela exportação, transformando essa sucata tecnológica em dívida externa dos compradores. Nesta cadência, no amanho do solo utilizam-se agrotóxicos condenados para, por exemplo, produzir soja, cujos subprodutos, são exportados para a engorda do gado estabulado europeu.

Quanto ao lixo tóxico, a despeito da Convenção Internacional da Basileia (1990) solicitar prévia notificação às nações do Terceiro Mundo para o despejo de substâncias tóxicas em seus territórios, episódios como os do navio *Khian Sea* (1986), que peregrinou ao longo de dois anos procurando um país para depositar cinzas tóxicas (parcialmente descarregadas numa praia do Haiti), não devem ser considerados ultrapassados. Utiliza-se também o recurso da abertura de filiais de transnacionais para receberem resíduos perigosos, obedecendo o evangelho das vantagens comparativas.

Assim, em um dos casos, envolvendo empresas do exterior com vistas a um possível armazenamento de PCBs (Bifenis Policlorados ou Ascarel), material altamente tóxico, a “exportação” pode ser feita a US\$ 40/tonelada, contra US\$ 2.000/tonelada, no caso de tratamento nos Estados Unidos (Jornal do Brasil, 12-9-1991). De resto, deficiências nas legislações (ou carência absoluta de normas), associam-se a uma fiscalização pouco (ou nada) eficaz, repetidas vezes denunciadas por sindicatos e ecologistas das regiões portuárias de todo o Sul.

Não fosse suficiente, acentua-se a tendência de transplantar processos eletrointensivos, como no caso do polo de alumínio do Maranhão, para o qual foi construída a Usina Hidroelétrica de Tucuruí (ao custo de US\$ 8 bilhões) e fornecidos subsídios da ordem de US\$ 1 bilhão anuais, por conta da venda de energia por um terço do preço de custo (Cf. CESE, 1989: 22-24). Para além do ônus econômico, largo trecho do rio Tocantins foi destruído, comprometendo para sempre a vida das populações locais.

De resto, o transplante de maquinário poluente, recusado nos centros avançados de acumulação de capital, justificando a chamada “industrialização retardada” dos países periféricos, garante taxas inéditas de poluição, política exemplarmente sintetizada pelo então senador José Sarney durante o regime militar na conhecida máxima: “Que venha a poluição, sempre que se transfiram indústrias”.

A Divisão Internacional do Trabalho, reproduzindo as leis de desenvolvimento desigual e combinado, impôs ao Terceiro Mundo todos os riscos técnicos inerentes ao processo de

expansão das economias do Norte. É um processo que se alastra desde a expansão marítima e comercial da Europa, prestes a “comemorar” 500 anos. Somou genocídio, miséria e devastação ambiental. Mas essa desordem, “é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado” (SANTOS, 1988: 66), e assim sendo, não tem como continuar, pois a divisão do trabalho inclui riscos para todo o planeta.

OS RISCOS DA DIVISÃO

Em um momento no qual a ordem estabelecida repentinamente procura demonstrar preocupação ambiental, propondo o “desenvolvimento sustentável” em paralelo a uma nova ordem econômica internacional (NOEI), parecem evidentes algumas brechas nas argumentações. No que se refere à divisão dos riscos, temos:

1. Apesar de algumas medidas (absolutamente paliativas) na contenção da destruição do meio ambiente, a desagregação dos equilíbrios globais da biosfera não cessou, pois as medidas adotadas não confrontaram as diretrizes gerais do sistema em curso. Assim, a conversão da dívida externa por proteção ambiental não significa nenhuma ruptura com o mecanismo da dívida em si mesmo, mantendo um instrumento de exploração cujo custo ambiental foi (e é) elevadíssimo.

Por outro lado, não cessou o transplante de deletérias matrizes poluentes, sequer dos equipamentos já condenados nos países do Norte. Ao que tudo indica, as mudanças não ocorrem devido à resistência em alterar a engrenagem básica do sistema, voltada para a exploração do trabalho pelo capital, dos países pobres pelos países ricos.

2. A crise ambiental gerada pela divisão dos riscos não tem paralelo na história. Ela espelha uma adaptação das diferentes peças do mecanismo social, que somente pode efetuar-se mediante consumo disfuncional de energia e recursos naturais, decorrentes da natureza intrínseca da sociedade capitalista (BUKHARIN, 1986).

Isto se agrava pelo fato de nenhuma das crises ecológicas do passado ter-se dado em contexto planetário, que nos períodos pré-modernos, ocorriam em ecossistemas pouco interdependentes. Hoje, quando os recursos são pensados e geridos em nível da Terra inteira, ao mesmo tempo em que universalizamos a irrupção de impactos, igualmente universalizamos as crises (Vide Michel Dory, in CGT-1990).

Essa crise, ao atingir primeiramente os segmentos periféricos do sistema vale dizer, não-ocidentais, não-burgueses e não-brancos, não deixará de atingir os centros decisórios do poder mundial, mesmo porque, os ciclos e dinâmicas naturais do planeta não respeitam fronteiras políticas artificiais.

3. O caráter peculiar da crise da apropriação privada da natureza é igualmente peculiar, por não se traduzir exclusivamente por “cataclismos naturais”. Nenhuma formação social do passado soçobrou ecologicamente dispensando o concurso direto dos ritmos da própria natureza.

Assim, os antigos reinos do incenso (atual Iêmen, a *Felix Arabia* dos cronistas gregos e romanos), soçobraram para sempre com sucessivos e catastróficos terremotos que no Século VI, romperam o dique que represava as águas do *wady* Adhanat, dismantelando para sempre o jardim de especiarias que por um milênio e meio floresceu na região.

Os ritmos da natureza, contidos, mas não destruídos de todo, cobravam, de tempos em tempos, o seu tributo, transformando-se no que Friedrich ENGELS, ponderando sobre as respostas do meio natural, denominou como *sua vingança* (1986). A crise da atualidade, já foi dito, *tem a marca da artificialidade*.

Daí que se a queda das civilizações Maia, Khmer e dos Reinos do Incenso, foi secundada pelo retorno da paisagem natural, na qual os templos de Palenque (México), Angkor Wat (Camboja) e de Marib (Iêmen) acabaram sepultados, nos dois primeiros casos, pela exuberante vegetação da floresta equatorial e os de Marib, pelo mesmo deserto que um dia fez recuar, o destino da civilização moderna talvez seja o de ser sepultada no próprio lixo.

4. As respostas do *status quo* repousam, via de regra, nas chamadas “eco-técnicas”. Constituindo um apanhado de tecnologias cuja única função é perpetuar o “retrato ecológico” já existente, não escapam de um profundo conteúdo ideológico, buscando a manutenção da exploração do homem pelo homem, que poderá continuar desde que “tecnologicamente limpa” e “ecologicamente aceitável”.

5. Nesse sentido, talvez a única solução do problema na perspectiva dos países centrais seja justamente *uma não-solução: o congelamento perpétuo das desigualdades socioambientais tendo por signo maior a questão ambiental, um “futuro comum” que reserva, no máximo, algum tipo de proteção para os povos do Norte e alguma diminuição da miséria absoluta para os povos do Sul*.

Nesta perspectiva, entendendo-se que os problemas do meio ambiente não podem ser abordados sem encarar paralelamente a questão fundamental da justiça social (*passim* HILDYARD, 1991), a solidariedade entre Norte/Sul - fundamental para enfrentarmos a deterioração geral dos equilíbrios dinâmicos da biosfera -, não tem como afirmar-se legitimando a espacialização planetária hoje existente.

Pelo contrário, deve buscar a causa comum de fortalecer tanto o movimento ecológico quanto os demais movimentos sociais, na busca e na conquista do que o *status quo* não está disposto a conceder: justiça social e respeito ao meio ambiente, um mundo que não seja mais da divisão dos riscos, e sim da virtude comum de não sermos divididos.

O CUSTO DA DESPOLUIÇÃO DO PLANETA

Será preciso dinheiro para cumprir as metas de redução da destruição da camada de ozônio, evitar o efeito estufa e despoluir os mares, entre outros problemas. Mas sem um acordo sobre quanto ou de onde vai sair o dinheiro, os países pobres, sobretudo, não pretendem colaborar. Eles alegam que foram os países industrializados que causaram a maior parte dos estragos ao planeta e que cabe a eles financiarem a mudança. O índice da ajuda oficial que os países ricos liberam para os mais pobres tem se mantido igual há mais de uma década. Hoje, com o produto mundial bruto (a soma dos PIB) de US\$ 25 trilhões, o total de fundos liberados é de US\$ 55 bilhões, o que significa a metade da meta estabelecida pela ONU. A entidade recomendava que cada país rico destinasse ao menos 0,7% de PIB em ajuda oficial aos países pobres. As propostas que estão sendo debatidas para a obtenção de recursos são:

- . *Aumento da cota de contribuição obrigatória dos países-membros da ONU*, que seria destinada a programas de desenvolvimento e meio ambiente;
- . *Fundo de investimento privado*: indivíduos ou empresas contribuiriam para um fundo internacional, que seria investido em projetos ligados ao meio ambiente nos países subdesenvolvidos;
- . *Impostos sobre bens comuns*: os governos pagariam uma taxa pelo uso de tudo o que é comum (oceanos, atmosfera e espaço). A taxa seria administrada por meio de um fundo internacional, e o dinheiro utilizado na proteção ambiental;
- . *Imposto sobre emissões de CO²*: cobrança de sobre o barril de petróleo, por exemplo;
- . *Selo Verde*: o correio venderia uma estampilha ecológica, e o dinheiro arrecadado seria administrado pela ONU para financiar a transferência de tecnologia aos países do Sul;
- . *Comércio de cotas*: empresas e países teriam cotas de poluição e só poderiam emitir dentro de percentuais estabelecidos. Elas seriam comercializadas como uma troca qualquer de títulos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E ARTIGOS

ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro (RJ): Campus. 1990;

ALIER, Juan Martinez. *El ecologismo de los pobres*. In: Revista Envio, publicação mensal da Universidade Centro Americana de Manágua N°. 125. Manágua (Nicarágua): Envio. 1992;

BETTANINI, Tonino. *Espaço e Ciências Humanas*. Coleção Geografia e Sociedade, volume 2. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra. 1982;

BRETON, Roland Jules-Louis. *Geografia das Civilizações*. Série Fundamentos, N°. 60. São Paulo (SP): Editora Ática. 1990;

BROWN, Lester Russel. *Por uma Sociedade Viável*. Rio de Janeiro (RJ): Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV). 1983;

BUKHARIN, Nicolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo - Esboço Econômico*. Série Os Economistas, 2ª edição. São Paulo (SP): Editora Nova Cultural. 1986;

CASSETI, Valter. *Ambiente e Apropriação do Relevo*. Coleção Caminhos da Geografia. São Paulo (SP): Editora Contexto. 1991;

CHIAVENATO, Julio José. *Bolívia - Com a Pólvora na Boca*. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1981;

CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Coleção Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores. 1979;

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. *Pós Modernidade: Mito e Natureza*. Fortaleza (CE): Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS) e Universidade Federal do Ceará (UFC). 1992;

DOLLFUS, Olivier. *O Espaço Geográfico*. Coleção Saber Atual, N°. 153. São Paulo (SP): Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1972;

DOWBOR, Ladislau. *A Formação do Terceiro Mundo*. Coleção Tudo é História N°. 35. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1981;

ENGELS, Friedrich. *A Dialética da Natureza*. Coleção Pensamento Crítico, nº. 8. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra. 1979;

GOUREVITCH, Aron Yakovlevich. *O Tempo como Problema de História Cultural*. In: *Estudos reunidos pela UNESCO*, Petrópolis e São Paulo (RJ-SP): Coedição Editora Vozes e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;

GUGLIELMO, Antônio Roberto. *A Pré-história: Uma Abordagem Ecológica*. Coleção Tudo é História, nº. 135. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1991;

HILDYARD, Nicholas. *Ecologia de la Liberación*. In: Terra Amiga, publicação dos Amigos da Terra - America Latina y Caribe, ano I, N°. 1, 1991, pp. 18-21, Montevideo (Uruguai): Terra Amiga. 1991;

LACOSTE, Yves. *Unité & Diversité du Tiers Monde - Des Representations Planétaires aux Stratégies sur le Terrain*. Paris (França): François Maspero. 1981;

_____. *Geografia do Subdesenvolvimento*. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Editora Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1978;

MARX, Karl. *O Capital: Capítulo Inédito*. São Paulo (SP): Livraria Editora Ciências Humanas. 1978;

_____. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas: Formen*. Coleção Pensamento Crítico, nº. 3. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra. 1975;

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. Texto escrito com a colaboração de Denise Elias. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1988;

_____. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo (SP): Coedição Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1978a;

_____. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1978b;

SCHILLING, Paulo et CANESE, Ricardo. *Itaipu: Geopolítica e Corrupção*. Série Dívida Externa, volume 3. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1991;

SEVÁ, Oswaldo. *Quem inventa o pânico, que se explique, quem sofre a ameaça, que se organize...* São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1990;

SMITH, Adam. *Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Coleção Os Pensadores, 2ª edição. São Paulo (SP): Abril Cultural, 1979;

WALDMAN, Maurício. *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil*. Coleção Caminhos da Geografia, 8ª edição. São Paulo (SP): Editora Contexto. 1992;

_____. *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida*. In: *Conversão da Dívida e Meio Ambiente*, Paulo Schilling (Organização). São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Coedição Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e Editora Global. Texto masterizado e incorporado à Série Meio Ambiente N°. 16 pela Editora Kotev (São Paulo, SP). Título disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/meio_ambiente_16.pdf >. 1991a.

_____. *Okologie oder Ocollorgie? Lutzemberger: Umweltpolitik auf neoliberal - eine polemik*. In: *Lateinamerika Nachrichten*, N°. 205-20, pp. 10-14. Berlin (Alemanha): Forschungs und Dokumentationszentrum Chile-Lateinamerika. 1991b;

_____. *Movimento Ecológico: Para Além da Preservação*. In: *Boletim E Agora?*, N°. 5, página 5, edição de 01-06-1991. São Paulo (SP). 1991c;

_____. *Ecologia e Movimentos Sociais: Breve Fundamentação*. In: *Hidrelétricas, Ecologia e Progresso*, pp. 35-44. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1990;

_____. *Ecologia na Perspectiva dos Trabalhadores*. In: revista Tempo e Presença, N°. 230, pp. 4-5. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Artigo disponível *on line* em:
< http://mw.pro.br/mw/geo_ecologia_perspectiva_trabalhadores.pdf >. 1988;

WALDMAN, Maurício *et* FATHEUER, Thomas. *Ecologia: Um Novo e Antigo Projeto Global*. Artigo publicado na seção Painel, Caderno ABCD do Jornal Folha de São Paulo, edição de 27-12-1991. 1991.

COLETÂNEAS E DOCUMENTOS

UNESCO (The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). *As Culturas e o Tempo: Estudos Reunidos pela UNESCO*. Petrópolis e São Paulo (RJ-SP): Coedição Vozes/Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;

CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços). *Meio Ambiente e Organização Popular - Relatório de Encontro de Agentes de Projetos CESE/1989*, 12 a 22 de Setembro de 1989. Salvador (BA): CESE. 1989;

CGT-1990. *Lê Dossier Questions D'Environnement et Action Syndicale*. In: *Analyses & Documents Économiques*, N°. 39, pp. 22-57. Montreuil (França): Confédération Générale du Travail (CGT). 1989;

CMMAD-ONU. *Nosso Futuro Comum*. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas. Rio de Janeiro (RJ): Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988;

Dioxina: O Derradeiro Alerta. In: Revista Proteção - Informação de Fonte Segura, volume 3, N°. 11, pp. 36-49. São Paulo e Novo Hamburgo (SP-RS): Proteção Publicações Ltda. 1991.

1 Divisão Internacional dos Riscos Técnicos e Ambientais é um artigo primeiramente publicado pela revista Tempo e Presença, nº 261, pp. 29-32, Edição Especial sobre Meio Ambiente, para divulgação no Fórum Paralelo da ECO-92. A presente edição deste texto foi masterizada em Novembro de 2019 com os préstimos da **Editara Kotev** (Kotev ©), para fins de acesso livre na Internet. **Divisão Internacional dos Riscos Técnicos e Ambientais** incorpora revisão ortográfica com base nas regras vigentes quanto à norma culta da língua portuguesa, cautelas de estilo, repaginação normativa e normatizações editoriais inerentes ao formato PDF, de modo a permitir plena consulta em toda sorte de *gadgets* eletrônicos, assim como aparelhos celulares. A confecção da edição digital do material contou com Assistência de Editoração Eletrônica, Tratamento Digital de Imagens e Pareceres Técnicos do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, Contato E-mail: francesco_antonio@hotmail.com, Site: www.harddesignweb.com.br. Retenha-se que editorialmente, o texto de **Divisão Internacional dos Riscos Técnicos e Ambientais** é um material gratuito, sendo vedada qualquer forma de reprodução comercial e de divulgação sem aprovação prévia da **Editara Kotev**. A citação de **Divisão Internacional dos Riscos Técnicos e Ambientais** deve obrigatoriamente incorporar referências ao autor, texto e apensos editoriais conforme padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. *Divisão Internacional dos Riscos Técnicos e Ambientais*. In: revista Tempo e Presença, nº 261, pp. 29-32, Edição Especial sobre Meio Ambiente. Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI, São Paulo e Rio de Janeiro), 1992. Série Meio Ambiente Nº. 22. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2019.

2 Maurício Waldman é antropólogo, jornalista, pesquisador acadêmico e professor universitário. Militante ambientalista histórico do Estado de São Paulo, Maurício Waldman somou a esta trajetória experiências institucionais na área do meio ambiente e uma carreira acadêmica diversificada, com contribuições nas vertentes da antropologia, geografia, sociologia e relações internacionais. Antigo colaborador do líder seringueiro Chico Mendes, ativista de movimentos em defesa da Represa Billings e um dos veteranos da Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA, SP), Waldman foi elencado no ano de 2003 em enquete temática do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) como um dos 30 ambientalistas históricos do Estado de São Paulo. Nos anos 1980 e 1990, participou no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e em várias entidades ecológicas, dentre as quais o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta de São Paulo e o Comitê de Fiscalização do Reator Nuclear do Projeto Aramar, em Iperó (SP). No plano institucional, Waldman foi Coordenador de Meio Ambiente em São Bernardo do Campo (SP) e Chefe da Coleta Seletiva de Lixo na capital paulista. Foi colunista, articulista e/ou colaborador da Agência Ecumênica de Notícias (AGEN), do jornal Diário do Grande ABC, Folha de São Paulo (Seção do Grande ABC), revista Tempo & Presença, site da Editora Cortez, boletim Linha Direta, revista Teoria & Debate, revista Ambiente

Urbano, Home-Page do Prof Assessoria em educação, site Cultura Verde, Secretaria de Comunicação de São Bernardo do Campo, jornal O Imparcial e da revista Brasil-África Magazine. Autor de 18 livros, 22 *ebooks* e de mais de 700 artigos, textos acadêmicos e pareceres de consultoria, Waldman lançou, dentre outras obras, *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil* (Contexto, 1992) e *Antropologia & Meio Ambiente* (SENAC, 2006), primeira obra brasileira no campo da antropologia ambiental. Como coautor, assinou em parceria obras como *Meio Ambiente e Missão: A Responsabilidade Ecológica das Igrejas* (Editora da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, 2003), *Guia Ecológico Doméstico* (Editora Contexto, 2000), *A Eco-92 e a Necessidade de um Novo Projeto* (Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção de Fortaleza, 1992) e *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida* (Coedição CEDI e Editora Global, 1991). Traduziu duas obras de peso: *El Ecologismo de los Pobres - Conflictos ambientales y Lenguajes de Valoración* (de Joan Martínez Alier) e com a colaboração da filósofa Bia Costa, *Fifty Major Philosophers* (de Diané Collinson). Maurício Waldman é graduado em Sociologia (USP (1982), licenciado em Geografia Econômica (USP, 1983), Mestre em Antropologia (USP, 1997), Doutor em Geografia (USP, 2006), Pós Doutor em Geociências (UNICAMP, 2011), Pós Doutor em Relações Internacionais (USP, 2013) e Pós Doutor em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015).

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br;

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>;

Página em Academia.edu: <https://usp-br.academia.edu/Maur%C3%ADcioWaldman>

Biografia Wikipédia: http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman.

Contato Email: mw@mw.pro.br

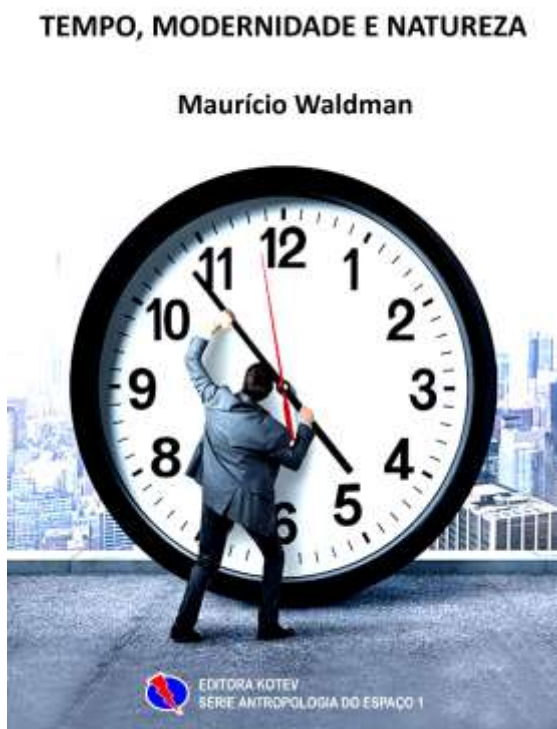
PARA SABER MAIS SOBRE OS RISCOS DA DIVISÃO



[CLICAR AQUI PARA ABRIR O TÍTULO](#)



[CLICAR AQUI PARA ABRIR O TÍTULO](#)



[CLICAR AQUI PARA ABRIR O TÍTULO](#)



[CLICAR AQUI PARA ABRIR O TÍTULO](#)

CONHEÇA A SÉRIE MEIO AMBIENTE



<http://mwtextos.com.br/serie-meio-ambiente/>



Os debates sobre MEIO AMBIENTE são um pilar central de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividades no ano de 2016. Também trabalhamos com temas relacionados com RELAÇÕES INTERNACIONAIS, AFRICANIDADES, CARTOGRAFIA, ANTROPOLOGIA e EDUCAÇÃO POPULAR.

Saiba mais sobre a EDITORA KOTEV. Acesse nossa página:

<http://kotev.com.br/>

Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo:

atendimento@kotev.com.br